

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JÉSSICA GABRIELA ROCKENBACH DA SILVA

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM
ESTUDO DE CASO COM ALUNOS/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CURITIBA

2018

JÉSSICA GABRIELA ROCKENBACH DA SILVA

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM
ESTUDO DE CASO COM ALUNOS/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Monografia apresentada como requisito parcial, para obtenção de conclusão do curso de Educação Física, licenciatura, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profa. Adriana Inês de Paula

CURITIBA

2018

AGRADECIMENTOS

Agradecer inicialmente a Deus, pela minha saúde, já que passei por algumas dificuldades, em relação a está.

A orientadora, pela dedicação e paciência para a execução do trabalho.

A minha amada mãe e irmã, que sempre me apoiaram para a realização dessa conquista e não desistiram de mim.

Pela paciência e compreensão do meu companheiro e filha, na qual tiveram sua esposa e mãe ausente para a realização desde estudo.

Por todos os demais familiares e amigos que de alguma forma tiveram influência e pela compreensão na ausência em eventos e reuniões.

*A essência do conhecimento consiste em aplicá-lo,
uma vez possuído.
Confúcio.*

RESUMO

O trabalho refere-se a inclusão de alunos/as com deficiência na Universidade Federal do Paraná, tendo como objetivo analisar a inclusão deles no curso de Educação Física. Para isso, inicialmente foi feito o levantamento de quantos estudantes possuem deficiência na universidade e quais são do departamento de educação física. Em seguida iniciou a realização das entrevistas semiestruturadas, sendo com perguntas fechadas direcionadas a questões pessoais e abertas das quais foram possível identificar a preparação dos professores, participação desses alunos durante as aulas e acessibilidade, como as mais citadas. A partir dos resultados buscamos compreender os itens citados pelos alunos, afim de procurar meios de solucionar ou amenizar, já que as universidades cada vez mais receberam alunos com deficiência, será que elas estão preparadas para receber esses alunos.

Palavras chave: Deficiência. Educação física. Acessibilidade.

ABSTRACT

The work refers to the inclusion of students with disabilities at the Federal University of Paraná, aiming to analyze their inclusion in the Physical Education course. For this, it was initially made the survey of how many students have a disability in the university and which are of the physical education department. Then began to conduct semi-structured interviews, with closed questions directed to personal and open questions from which it was possible to identify the teachers preparations, participation of these students during classes and accessibility, as the most cited. From the results we seek to understand the items cited by the students, in order to find ways to solve or soften, as universities increasingly receive students with disabilities, are they prepared to receive these students.

Key words: Disability. Physical Education. Accessibility.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 8 |
| 2. OBJETIVO | 10 |
| 3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 10 |
| 3.1. HISTÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO | 10 |
| 3.2. ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO | 12 |
| 3.3. A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR | 16 |
| 3.4. INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) | 19 |
| 4. METODOLOGIA | 21 |
| 4.1. Participantes | 21 |
| 4.2. Procedimentos | 21 |
| 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS | 23 |
| 5.1. Preparação e Formação docente | 24 |
| 5.1.1. Participação nas aulas | 26 |
| 5.2. Acessibilidade | 27 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 29 |
| 7. REFERÊNCIAS | 30 |
| 8. ANEXO | 34 |

1.INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência ao longo do tempo passaram por discriminações, perseguição e preconceito. Foram vistos pela sociedade com receio, já que não conheciam suas peculiaridades, excluindo-os do convívio com a família, amigos e sociedade. Muitos deles foram abandonados em asilos, igrejas, internatos, sem o contato com outras pessoas, sendo tratados como doentes (FERREIRA, 2007).

Esse paradigma de exclusão ou de segregação foi sendo derrubado de forma progressiva, levando a busca pela inclusão dessas pessoas, principalmente, após a segunda guerra mundial em que muitos soldados voltavam com sequelas para seus lares ou se mantinham em centros de reabilitação. Considerados heróis de guerra, a sociedade teve um papel importante no desenvolvimento do processo inclusivo, já que auxiliavam esses homens a serem inseridos no mercado de trabalho (WERNECK, 2000).

A partir da década de 70 ocorre a criação de Leis para as pessoas com deficiência em relação a saúde, lazer, infraestrutura, mobilidade, educação e trabalho. Abordando as Leis voltadas a educação, como na Constituição Federal de 1988, Declaração de Salamanca (MEC,1994), Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, dispõem que os alunos com deficiência devem frequentar preferencialmente o ensino regular, acompanhados de tutores, quando houver necessidade (BRASIL, 1996).

A inclusão de pessoas com deficiência (PCD) na educação, bem como a implementação de políticas públicas visando a equidade social, como as políticas de ações afirmativas, possibilitou as PCD chegarem nas universidades. O governo aprovou a Lei 13.409 de 2016, em que o ingresso de pessoas com deficiência deve estar incluso nos 50% das vagas, destinados a indígenas, negros e pardos. Como afirma Duarte (2009) a Educação Especial no Ensino Superior se efetivará por meio de ações que promovam o acesso e a permanência das PCD.

Ainda nesse quesito temos a Lei Brasileira de Inclusão de 2015, que ressalta medidas a serem tomadas pelos Institutos de Ensino Superior para o ingresso e permanência desses indivíduos, citando por exemplo o uso de

tecnologia assistiva, que auxiliam na maior independência e inclusão social (BERSCH, 2017).

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) possui o Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), que atua desde 2006 atendendo alunos, professores e servidores com deficiências, transtornos globais e superdotação. Desde 2012 até o início de 2018, a universidade atendeu 81 alunos com alguma deficiência, sendo 5 deles matriculados/as no Departamento de Educação Física. E o intuito desse trabalho é investigar como se deu a inclusão e permanência desses alunos no curso de graduação em Educação Física, já que existem poucos estudos sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

2. OBJETIVO

O objetivo desse estudo foi analisar o processo de inclusão e a permanência de alunos com deficiência no curso de graduação em educação física

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. HISTÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO

Nos séculos A.C, nas cidades de Atenas, Esparta e Grécia, quando as mulheres davam à luz a crianças com alguma deficiência, a família rejeitava, abandonava e até eliminava o bebê. Nascer com alguma característica que diferenciava da sociedade era visto como a presença de um espírito maligno ou castigo de Deus. Com o passar do tempo “a pessoa com deficiência era só uma pessoa sagrada, de forma que sua marca era o sinal da diferença e, nesse sentido, só podia ser assinalado por Deus” (AMARAL, 2004; 2008), ficando aos cuidados da família e da igreja.

No século XVIII, com o avanço de pesquisas científicas é criada a tese da organicidade, descrita por Aranha (2000), na qual afirma que essas peculiaridades são de causas naturais, surgindo os primeiros lugares para atender as pessoas com deficiências e que deveriam auxiliar no tratamento. Entretanto, o que estava por trás dessa prática era a necessidade de retirarem esses indivíduos do convívio da sociedade, e confinando-os, como por exemplo, em hospitais psiquiátricos.

A partir do século XIX, no Brasil, com o Decreto Imperial nº1.428, foi criado o Imperial Institutos dos Meninos Cegos, em 1854, por D. Pedro II, o qual foi substituído pelo Decreto nº 1.320, por Instituto Benjamin Constant e a Lei nº839, fundou o Imperial Institutos dos Surdos-Mudos, em 1857, porém sendo aprovada somente em 1908, pelo Decreto nº 6.892, sofrendo alteração no nome pela Lei nº 3.198 para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

O primeiro refere-se ao acesso na educação para meninos cegos, sendo privados as meninas e escravos, que também não frequentavam as escolas regulares, uns dos itens para o ingresso era ter de 6 a 14 anos e comprovar a cegueira total. No segundo, os alunos surdos tinham acesso a educação bilíngue (Libras e Português), devendo ter de 9 a 14 anos e participariam de oficinas.

Ambos institutos são voltados à educação, pedem a comprovação que os alunos não possuam problemas mentais ou doenças contagiosas, esses locais eram considerados como internatos, já que poucos alunos voltavam para casa durante a semana.

Nesse tempo muitos jovens eram enviados para estudar no exterior, principalmente os filhos de fazendeiros, após a Proclamação da República em 1889. Ao retornarem, possuíam em suas bagagens um forte desejo de modernizar o país, incentivando as escolas públicas a aceitarem alunos com deficiência mental (hoje denominada deficiência intelectual) que só ocorreu em 1906, no Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto essa inserção nas escolas não tinha como propósito levar o conhecimento ao aluno, mas sim tentava curá-lo da sua deficiência, surgindo as primeiras classes especiais em São Paulo, na Escola Mista do Pavilhão Fernandinho da Santa Casa da Misericórdia, que atendiam pessoas com deficiência física e a Sociedade Pestalozzi, criada em 1932, para a educação de excepcionais, em Belo Horizonte, espalhando-se para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Essas Associações contam com mais de 1.300 entidades, segundo Corrêa (2005).

A sociedade presenciava a deficiência como uma doença que deveria ser tratada, surgindo assim as escolas especiais, hospitais psiquiátricos asilos, em que eram tratados como doentes, sendo retirados de seu convívio familiar e mantidos isolados da sociedade, aumentando o receio das pessoas, que pensavam em deficiência como algo negativo.

Após a Segunda Guerra Mundial, muitos soldados voltaram com a aquisição de alguma deficiência, na qual a sociedade os percebia como heróis de guerra. Com receio de suas novas condições, avaliavam as suas potencialidades para que assumissem posições no mercado de trabalho e esse ingresso aconteceu de forma gradativa, na qual o mundo começou a acreditar

na capacidade das pessoas com deficiência (WERNECK, 2000). Porém somente no século XX, que a defesa dos direitos humanos efetivamente se envolve com a necessidade de incluir essas pessoas na sociedade.

As instituições se qualificavam para melhor atender as pessoas com deficiência, mas somente em 1960 que ocorreu sua maior expansão com a criação de organizações não governamentais, criação de mais escolas especiais entre outros. Esse movimento ainda tratava as pessoas com deficiência como doentes, incapacitados de fazer qualquer tarefa, tendo como cura a participação em escolas, trabalhos, família e lazer. Para Sassaki (2003) a integração se daria de forma eficaz se a sociedade reorganizasse os espaços físicos e as práticas sociais.

Somente em 1970 as pessoas com deficiência conquistaram Leis, tratados, declarações, como por exemplo a da Assembleia Geral da ONU, em que aprovou os direitos das pessoas com deficiência mental e das pessoas portadoras de deficiência, as quais tinham por princípio inserir os indivíduos na sociedade.

Em 1981 os direitos das pessoas com deficiência tiveram grande propagação pelas mídias, graças a proclamação da ONU como Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. No ano seguinte ocorre a criação do “Programa Mundial de Ação Relativo as Pessoas com Deficiência”, tendo como objetivo a construção da cidadania das pessoas com deficiência para a inclusão.

2.2. ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO

A Constituição Federal de 1998, logo após a ditadura militar, passou por reformulações em consequência de exigências das pessoas com deficiência em relação a direitos como saúde, educação, trabalho e acessibilidade. Especificamente na área da educação, no art. 208, inciso III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Declaração de Salamanca (1994, p.3) surgiu na Conferência Mundial sobre a Necessidades Educacionais Especiais, e que o Brasil é signatário, afirma que:

As escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados.

As Escolas inclusivas deveriam desenvolver pedagogias concentradas a cada criança suprimindo o objetivo de educar de forma eficiente, possibilitando a inclusão dos alunos na sociedade e auxiliando em sua transição para o mercado de trabalho, incluindo também as meninas, (Declaração de Salamanca, 1994) já que estas não frequentavam escolas, que eram destinadas somente a meninos brancos.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), formulada pelo Senado Federal, sob orientação do Senador Ramez Tebet, prevê que as pessoas com deficiência frequentem preferencialmente escolas de ensino regular, tenham acesso a apoio especializado, além dos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicos, para atender as suas necessidades.

No Decreto nº3.298/99, publicado pelo Diário Oficial da União, no qual o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, dispõe sobre a conceituação da deficiência, sendo identificadas os tipos, grau de comprometimento, para consequentemente receber o tratamento adequado.

Na acessibilidade e infraestrutura temos duas Leis nº10.048 e nº10.098, de 2000, ambas publicadas pelo Diário Oficial da União, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo em 2004 redirecionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para o Decreto nº 5.296 que engloba as duas Leis acima citadas, em que possuem atendimento preferencial, a acesso nos diversos meios em que as demais pessoas frequentem. Sassaki (2003) divide a acessibilidade em seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental,

programática e atitudinal, colocando-as sem barreiras para as pessoas com deficiência.

A Convenção de Guatemala, realizada em 2001, afirma a eliminação de toda e qualquer forma de discriminação para com as pessoas deficientes e de acordo com Sassaki (2003), a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem pois nela se expressa, voluntaria ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiências.

No decorrer do tempo as pessoas com alguma especificidade receberam diferentes termos e denominações. Essas terminologias variaram entre pessoas deficientes, pessoas portadoras de deficiência, pessoas com necessidades especiais, pessoas especiais, pessoas com deficiência, portadores de direitos especiais e voltando atualmente para pessoas com deficiências. Para Sassaki, (2003) o termo portador é o que carrega por tempo limitado alguma coisa, portanto não fazendo referência a esse conceito, já que a sua especificidade é por tempo indeterminado. No caso da deficiência, seria, portanto, um termo politicamente mais forte que “pessoa com deficiência “, muito embora alguns autores utilizem ambos de modo indiscriminados (DINIZ, 2007). Além dos termos a deficiência pode ser congênita, quando o indivíduo nasce ou adquirida, refere a acometida ao longo da vida.

No final da década de 1990 ocorre a mudança para o termo pessoas com deficiência (PCD), segundo a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e aprovada no Brasil pelo Decreto nº6.949/09, em que:

A deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas

As deficiências são divididas em 5 itens, disposto no Decreto nº 3298/99:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da

função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas.

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

No que se refere a deficiência múltipla, Brasil (1999) afirma que uma deficiência elevando seu nível de agravamento, pode levar ao surgimento de outras deficiências.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos realiza a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência somente em 2006, com o auxílio da Organização das Nações Unidas (ONU), promovendo, ressaltando e assegurando que todos e todas tenham acesso aos seus direitos.

O programa universidade para todos (PROUNI), que está sob a Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, pelo Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reserva vagas para instituições privadas, aos alunos que frequentaram escolas públicas, particulares com bolsa integral, portadores de deficiência ou professores formados em magistério. Para tanto o candidato deve ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), comprovar renda familiar, podendo ser beneficiado com bolsa integral (100%) ou parcial (50% ou 25%). A bolsa parcial utiliza o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), na qual o estudante pode optar em fazer o financiamento o valor.

A Lei nº12.711 de 2012, trata do ingresso nos Institutos Federais de nível médio e universidades federais, na qual destina 50% das vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas em proporção no mínimo, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), porém pela Lei 13.409 de 2016, ocorre a inclusão de pessoas com deficiência.

2.3. A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Benjamin Constant, criou Decretos para estabelecimentos de educação superior, em 1891, porém a primeira universidade foi fundada em 1820. Em 1950 o Brasil contava com 10 universidades, segundo Pereira (2007). As universidades públicas e particulares ofertavam vagas voltadas a elite, na qual a população de baixa renda, encaixava as poucas vagas no período noturno, tendo que conciliar com o trabalho.

Durante a ditadura militar, alunos, intelectuais, operários e camponeses se organizavam para exigir a reforma na educação, com o aumento do financiamento e no número de vagas. Com a criação do grupo executivo da reforma Universitária foi possível a criação de vagas destinadas a alunos afrodescendentes e de ensino em escolas públicas através do Enem, bem como nas universidades privadas a reserva de vagas para alunos de baixa renda através da isenção fiscal. Para Duarte (2013) as Universidades devem fazer parte da implementação de políticas públicas com apoio financeiro e ações que auxiliam esses alunos.

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), foi criado em 2005, pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Secretaria de Educação Superior (SESU) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), na qual as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) apresentam projetos de acessibilidades, voltados a infraestrutura, comunicação, materiais pedagógicos, promovendo assim o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na vida acadêmica. Para Manzini (2005) a acessibilidade deve estar relacionada com políticas públicas,

agindo contra a exclusão, entretanto esse conceito ainda está sofrendo processos de transformação.

Na Lei Brasileira de Inclusão (2015, s.p), do Congresso Nacional, faz referência a educação no capítulo IV, Art. 30, dispõe de certas medidas para o ingresso e permanência de PCD nas Instituições de ensino superior:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

A Tecnologia Assistiva (TA) citadas nos incisos II e IV, segundo Bersch (2017) visam proporcionar uma maior independência, qualidade de vida e inclusão social geradas através da comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de aprendizado e trabalho.

A TA foi classificada em 1998, sofrendo algumas alterações, os equipamentos auxiliam no dia-a-dia, alguns são utilizados para o ensinamento e aprendizagem de conteúdos pedagógicos, como no ensino superior, podendo estar relacionados diretamente com a aprendizagem em que os alunos se

apropriam desses materiais ou ligados à infraestrutura que também afeta os estudantes. Esses equipamentos são divididos em categorias, como:

- Os equipamentos para a vida diária - são materiais que auxiliam os alunos na independência para realizar as atividades, nesse item estão incluídos materiais escolares.
- Na Comunicação Aumentativo e Alternativo – relaciona-se aos computadores adaptados, destinados à pessoas com dificuldade na fala ou escrita, os computadores possuem *softwares* específicos para o acesso dessas pessoas.
- Recursos de Acessibilidade ao Computador - são destinadas a pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual e motora em que o *mouse*, teclado são modificados, além de *softwares* de reconhecimento de voz, leitores de texto impresso, impressora em Braille.
- Sistemas de Controle de Ambiente - possui o controle remoto para melhor independência das pessoas com deficiência em seus lares, já que está direcionado para ajustar aparelhos eletrônicos como acender luzes ou fechar cortinas.
- Nos Projetos Arquitetônicos para Acessibilidade - está relacionado com o uso de rampas, elevadores, banheiros, salas e quadra adaptada que auxiliam na mobilidade.
- Órteses e próteses - são dispositivos que substituem partes de um membro corporal ou auxiliam suas funções.
- Adequação postural - está relacionado com recursos que garantem a postura adequada.
- Nos auxílios de mobilidade - está relacionado aos equipamentos para o melhor deslocamento de um lugar para o outro, como no caso da Universidade Federal do Paraná em que disponibilizou cadeiras de rodas motorizadas para alunos da graduação no litoral.
- Os auxílios para ampliação da função visual e recursos que traduzem conteúdos visuais em áudio ou informação tátil - são equipamentos utilizados principalmente para estudos e em a fazeres do dia a dia.

- Os auxílios para melhorar a função auditiva e recursos utilizados para traduzir os conteúdos de áudio em imagem textos em língua de sinais - os mais conhecidos são os dicionários digitais de sinais, sendo possível baixar esses aplicativos.
- Na mobilidade em veículos - são carros e ônibus adaptados para receber motoristas e passageiros que utilizam cadeira de rodas.
- No esporte e lazer - são feitas alterações para que indivíduos possam participar de esportes e demais atividades, um exemplo disso são as competições paraolímpicas realizadas somente por atletas com alguma deficiência.

2.4. INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

A mais antiga universidade do Brasil, contou com a participação do político Rocha Pombo que colocou a pedra fundamental em 1892, porém por conflitos que ocorriam no Brasil, foi fundada somente em 1912, sendo incentivados por muitas lideranças políticas, entre elas Victor Ferreira do Amaral e Silva, que mais tarde assumiria o cargo de primeiro reitor. Inicialmente a universidade era particular e os cursos ofertados, visavam preencher vagas que precisavam com certa urgência de mão de obra qualificada. O prédio histórico localizado na praça Santos Andrade, teve seu terreno doado pela prefeitura.

Durante a Segunda Guerra Mundial, surge uma Lei que decreta o fechamento de universidade particulares, levando ao governo a criar faculdades autônomas, a universidade foi reorganizada somente após 30 anos, em que acrescentou outras três faculdades. Em 1950, o reitor Flávio Suplicy de Lacerda, torna a instituição pública e gratuita e chamada de Universidade Federal do Paraná, adotando os eixos ensino, pesquisa e extensão. A partir daí dá-se início as construções do Hospital de Clinicas (1953), Reitoria (1956/1958), Centro Politécnico (1961), Campus Palotina (1993), Campus Jardim Botânico (1997), UFPR Litoral (2005), Campus Rebouças (2008) e Campus Cabral (2011).

A UFPR, possui a Pró Reitoria de Assuntos estudantis (PRAE), que oferece programas que auxiliam o ingresso e permanência dos alunos no meio acadêmico e a Pró Reitoria de Graduação e Educação Profissional (PROGRAD), que possuem os: Núcleo de Concursos (NC), Núcleo de Assuntos Acadêmicos (NAA), Núcleo Universitário de Educação Indígena (NUEI), Núcleo de Estudos Afro Brasileiros (NEAB) e Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE).

O NAPNE está em atuação desde 2006, (s.p) sendo destinado a alunos, professores e servidores com deficiência física, visual, auditiva, múltipla, transtornos globais e com altas habilidades/superdotação. Possui como principais características:

- Levantamento das áreas no âmbito da UFPR com problemas de acessibilidade e estudo das possíveis adaptações.
- Localização das pessoas com necessidades especiais nos diversos campus da UFPR.
- Apoio didático-pedagógico aos alunos com NEE e seus professores.
- Articulação de ações de ensino, pesquisa e extensão na área das necessidades educacionais especiais.
- Trabalho de forma articulada com a comissão de acessibilidade que trata diretamente da adaptação de espaços físicos na UFPR.
- Contato e reuniões com as coordenações de cursos que receberão alunos com deficiência, em seguida da efetivação do registro acadêmico, no sentido de orientar sobre as necessidades do aluno.
- Digitalização e correção de materiais impressos para alunos e professor com deficiência visual.
- Orientações acadêmicas sobre os alunos com Necessidades Educacionais Especiais na UFPR aos professores e técnico-administrativos da UFPR.
- Organizar, em parceria com o Núcleo de Concursos (NC), as bancas de verificação dos candidatos ao Vestibular que se inscrevem para as vagas destinadas a pessoas com necessidades especiais, de acordo com a Resolução 70/08 – COUN, bem como bancas de atendimento especial para o próprio Vestibular e demais concursos.

Na universidade desde 2012 até 2018, contamos com 81 alunos cadastrados com deficiência, e destes, cinco matriculados no curso de licenciatura em educação física (NAPNE, 2018).

4.METODOLOGIA

Segundo Minayo (2002) a metodologia é o caminho do pensamento junto com a prática exercida na abordagem da realidade. Seguindo esse pensamento, utilizamos a pesquisa qualitativa que é uso dos significados de crença, valores, atitudes, representações e de intencionalidade, que não são visíveis, devendo ser expostos e interpretados pelos seus pesquisadores (Minayo 2006, 2002). Diversos são os modelos de entrevistas semiestruturadas, porém para a realização deste trabalho utilizamos entrevistas (Anexo I), que foram gravadas.

Para Triviños (1987), a entrevista parte de questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses. No que se refere a gravação, “As entrevistas gravadas têm a vantagem de registrar todas as expressões orais do entrevistado, porém a sua dificuldade é a transcrição para o papel sendo muito trabalhoso e consumindo muitas horas” (LÜDKE, MENGA; ANDRÉ, 1986, p.37):

4.1. Participantes

Quadro 1: Características dos entrevistados

| Entrevistados | 1 | 2 | 3 | 4 |
|---------------|----------|----------|----------|-----------|
| Sexo | Feminino | Feminino | Feminino | Masculino |
| Idade | 24 | 23 | 20 | 20 |

Fonte: Autoria própria (2018)

4.2. Procedimentos

. Os participantes foram classificados em: 4 do gênero feminino e 1 masculino, sendo respectivamente 1 com deficiência visual, 2 com algum comprometimento físico, 1 cadeirante e 1 visual. Importante ressaltar que a entrevista foi realizada somente com 4 participantes, pois a aluna cadeirante, por problemas pessoais, trancou a faculdade e não conseguimos fazer contato.

Após as coletas as entrevistas foram transcritas, para assim facilitar a análise e discussão dos dados.

As perguntas, com respostas abertas foram: Qual o seu ponto de vista em relação as cotas acrescentarem pessoas com deficiência?; Quais foram suas dificuldades e /ou facilidades ao ingressar neste curso e nesta instituição?; A faculdade o auxilia de alguma forma? Qual; Como é sua relação com os demais alunos?; Como ocorre a sua participação nas aulas práticas?; O que o curso de educação física precisa para atender, com eficácia, os alunos com deficiência?; Como se dá a sua acessibilidade no interior da universidade?

Os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados foram: ser aluno/a que possuem alguma deficiência e que frequentam regularmente o curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Com o primeiro participante já havia uma proximidade o que facilitou a entrevista, porém a entrevista foi marcada em um dia em que o participante esqueceu, na segunda tentativa não possuiu tempo, já que o aluno marcou no final de uma aula, e esqueceu que tinha que se deslocar para uma outra aula em outro departamento, ficando difícil realizar a entrevista, o entrevistado deu a sugestão de realizar a entrevista pelo aplicativo *WhatsApp* para não prejudicar no andamento da pesquisa. Assim foi feito um breve resumo sobre o que seria a abordagem no trabalho, as perguntas realizadas pelo aplicativo foram enviadas por escrito e pedido para o entrevistado responder por áudio, a cada resposta enviada pelo entrevistado se mandava a próxima pergunta da entrevista, sempre ressaltando que qualquer dúvida o indivíduo, deveria pedir um esclarecimento sobre a questão.

O contato com outros dois participantes foi através de e-mail, no qual também ocorreu dificuldades para a entrevista presencial, o que levou a realização também pelo aplicativo. Com o último participante o contato foi realizado através de um amigo em comum, a transcrição desta última entrevista foi mais difícil visto que o participante é surdo e sua dicção é um pouco comprometida.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das transcrições e análise das respostas, as fechadas foram colocadas no quadro abaixo.

Quadro 2: Resultados

| Entrevistados | 1 | 2 | 3 | 4 |
|---|--|--|--|---|
| Escolaridade | Escola regular | Escola regular | Escola regular | Escola regular e especial |
| Ano de ingresso/ período | 2012/ Permanência | 2014/ Permanência | 2017/ 4º período | 2018/ 2º período |
| Tipo de deficiência | Visual (adquirida) | Motora hemiplegia a esquerda (no momento do parto) | Motora Artrogripose múltipla congenita. (nascença) | Auditiva (esquerdo perda profunda e direito perda moderada) (Adquirida) |
| Ocupação principal | Estágio obrigatório e professora de zumba | Atleta paraolímpica de natação e na Secretaria do Esporte do Paraná | Atleta de natação e estudante | Estudante |
| Ingresso por Concorrência geral ou pelas cotas | Cota de escola pública | Cota de pessoa com deficiência | Cotas de ensino médio público e para pessoas com deficiência | Pelas cotas |
| Conhece o NAPNE | Sim | Sim | Sim | Sim |

| | | | | |
|---|--------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------|
| Participa de projetos ou centro acadêmico | Participou de 2 projetos de extensão | Participou do centro acadêmico | Participa do centro acadêmico | Nenhum |
|---|--------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------|

Fonte: Autoria própria (2018)

Nas perguntas abertas foi identificado três itens mais citados pelos participantes, que foram categorizados e discutidos a seguir como: preparação e formação docente; participação dos alunos nas aulas; e acessibilidade.

5.1. Preparação e formação docente

A disciplina que contempla a temática e relaciona atividade física e pessoa com deficiência, intitulada Educação Física Adaptada, passou a fazer parte da grade horária obrigatória dos cursos de Educação Física no Brasil, somente pela resolução 03/87 do Conselho Federal da Educação, porém a UFPR só introduziu essa disciplina em 2004. A explicação da lentidão em incluir essa disciplina, para Duarte (2003) era que o material didático para trabalhar com essa população seria muito escasso. As poucas publicações que existiam estavam em outro idioma, dificultando as traduções.

No Decreto nº 3298/99 na seção sobre educação, é de responsabilidade do Ministério da Educação disponibilizar instruções, para que as instituições de níveis superiores, incluam no currículo conteúdos de PCD.

Os docentes que ministraram aulas para esses alunos, concluíram a graduação e até mesmo o mestrado e doutorado antes de 2000, e provavelmente não tiveram em suas graduações os conhecimentos básicos necessários para adaptações em aulas práticas e teóricas, na qual segundo a ementa desta disciplina proporcionaria a: história, conceitos e terminologia das deficiências e da educação física adaptada.

Tanto a formação inicial e continuada não atinge a maioria dos docentes, e quando ocorre, não trata necessariamente de temas relacionados à prática pedagógica em sala de aula e inclusão, ou seja, uso de materiais, recursos ou conhecimento sobre as necessidades educacionais dos alunos com deficiência.

(Poker, R. B. et al, 2018). Além disso alguns professores só vão em busca de informações, quando recebem alunos com deficiência (Pacheco, 2005).

No próprio departamento, quando entra um aluno com deficiência que precisa de maior atenção, ocorre um movimento entre a coordenação e professores para atender da melhor maneira possível o graduando, que está de acordo com uma das ações do NAPNE, na qual faz o contato e reunião com os coordenadores de cursos que receberão esses alunos, no sentido de orientar sobre as necessidades do aluno e apoio didático - pedagógico aos alunos e seus professores. Ainda sobre o papel do docente Manica (2011, p. s.p) afirma que:

Deverá assumir uma prática de mediação, debatendo, trocando ideias, questionando hipóteses, propondo e analisando o novo, estimulando sínteses originais, assumindo o papel de docente-investigador e, especialmente, assumindo os desafios impostos pela diversidade.

Os docentes não são detentores do saber absoluto, são especializados em suas respectivas áreas de estudos, muitos não se sentem preparados para trabalhar com o que é diferente, porém devem fazer das experiências que estão tendo uma forma de aprendizagem, para que tenham mais domínio e passem os conteúdos para atender da melhor maneira possível os graduandos. Porém alguns não fazem adaptações para agregar esses alunos no decorrer das disciplinas. Os participantes citaram os docentes, porém preservaremos as identidades, substituindo os nomes, pelas disciplinas:

(...) O cursar das disciplinas para mim não foi muito fácil, eu creio que eu pude aprender muita coisa, mas os professores também aprenderam muito comigo, porque foi uma troca assim sabe, não foi uma coisa muito fácil, assim, achar meios de adaptar porque eles também não estão acostumados em adaptar nas práticas principalmente. (...). Entrevistado 2.

(...) Lutas, Esportes Ginásticos, Temas emergentes, Organização do trabalho pedagógico, foram professores que me ajudaram e facilitaram as aulas na questão de adaptação pra mim na parte mais oral (...). Entrevistado 1.

Apesar das dificuldades e do contato com o novo, muitos professores se demonstraram empenhados em agregar esses graduandos na universidade. Como no início do ano em que os docentes estavam com dificuldades em ministrar aulas ao entrevistado 4, que possui deficiência auditiva. Fazendo uma reunião para ver quais pontos deveriam mudar em suas aulas, quais eram as

dificuldades, entre outros, para assim conseguirem passar os conteúdos, sem prejudicar o desenvolvimento desse aluno na graduação.

Gomes (2003) afirma que o aluno não está incluído no processo de aprendizagem, só por estar dentro da sala de aula, ele deve absorver os conteúdos.

5.1.1. Participação nas aulas

Em relação a turma os graduandos de modo geral, demonstram tranquilidade, seus colegas se dispõem em ajudar sempre que necessário, porém a presença do docente qualificado, também é fundamental, já que possui o papel de mediar a construção do conhecimento, fazendo as adaptações quando necessário. Para Oliveira (2013) a colaboração dos colegas é fundamental para que os alunos possam participar dos contextos nos quais se inserem. Nas aulas teóricas a maioria dos docentes demonstraram a preocupação em ministrar aulas de forma adequada, principalmente para os graduandos 1 (deficiência visual) e 4 (deficiência auditiva).

(...)tive um caso em que ele (professor) não procurava adaptar as aulas para mim, em compensação tive outros professores que facilitaram as aulas na questão de adaptação pra mim na parte mais oral (...)
Entrevistado 1.

(...) muitos professores me ajudaram, foram atenciosos (...)
Entrevistado 4.

Nas aulas que possuem conteúdos práticos, os participantes 1 e 4 não relataram grandes dificuldade, entretanto os participantes com mobilidade reduzida afirmaram que os professores fazem pouca ou nenhuma adaptação.

(...) fiz lutas, esportes ginásticos, totalmente adaptada, primeiros socorros que teve bastante práticas e que o auxílio da turma e do professor foram bastante bacana (...). Entrevistado 1.

(...) eu sempre fui muito atrás, sempre de ir lá e falar com o professor mesmo que Professor fala-se a se você não conseguir você não faz, ouvi muito isso, falava meu eu quero fazer então vamos pensar num jeito que eu consiga adaptar. Entrevistado 2.

Algumas disciplinas, os professores fazem adaptação é tranquilo, entre disciplinas os professores não fazem muita questão de adaptação, falam que é para eu ir no meu limite fazer o que eu consigo é assim, fazendo aula normal, tipo sem nenhuma adaptação e para eu mesmo sozinha realizar as minhas adaptações, foi isso que eu presenciei até agora nas disciplinas que eu fiz. Entrevistado 3.

Essa inclusão nas aulas está diretamente ligada a formação do professor, citado no item anterior, como parte fundamental para o ensino e aprendizagem do graduando.

5.2. Acessibilidade

Todos os entrevistados relataram sobre a precariedade em que o departamento se encontra, havendo poucas adaptações, isso acontece pelo fato do departamento estar em um prédio antigo, no qual se passar por uma reforma poderia ocorrer suas devidas alterações, conforme a ABNT BR 9050, porém essa reforma dificilmente será realizada, já que está sendo construído o novo prédio do departamento de Educação Física.

(...) as maiores dificuldades são as questões de acessibilidade e mobilidade dentro da universidade e os prédios são muito antigos como por exemplo o def, e não tem acessibilidade nenhuma (...). Entrevistado 1.

(...) nos campus que eu tive como estar, como na reitoria ou o biológicas é tranquilo assim sabe acessibilidade não é 100% mas é tranquilo, o maior problema está dentro do def. Entrevistado 2.

No departamento somente os banheiros são adaptados para cadeirantes, porém reparando nos demais prédios em que os graduandos possuem aula é possível identificar rampas, elevadores, bebedouros. Apesar dos setores possuírem algumas adaptações, elas estão ligadas na sua maioria a deficiência física, entretanto no Decreto 5.296 se dispõe sobre a obrigatoriedade da sinalização visual e tátil em edifícios públicos e privados. Com o novo sistema de cotas para PCD, as universidades podem receber alunos com as mais variadas especificidades, porém grande parte não está acessível ou livre de barreiras.

A acessibilidade segundo o Decreto 5.296 é a utilização dos espaços e equipamentos com segurança e autonomia pelas PCD, enquanto que entende por barreiras qualquer obstáculo que limite ou impeça o acesso a pessoa de frequentar ou transitar pelo local.

Na mobilidade acadêmica a entrevistada 3, comentou que dificilmente se desloca ao Restaurante Universitário (RU), por ser muito longe e por cansar

muito rápido. A distância do departamento até o RU, localizado no campus Jardim Botânico, equivale a 600m, razoavelmente perto se comparado ao Setor de Ciência Biológicas (1,3 Km) localizado no Jardim das Américas, onde possui a biblioteca que foi transferida em 2016 do departamento, além do centro de educação física e desportos (1,7 Km)¹. Nos dois últimos citados, os alunos de graduação frequentam em alguns períodos, para a realização de disciplinas. O que leva a dificuldade do deslocamento, já que em muitos casos as aulas não são germinadas, ou seja, possui uma aula no departamento e outra no setor de ciências biológicas, por exemplo, se para os alunos de modo geral, já é corrido para não chegar atrasado na aula, imaginemos para os que possuem uma mobilidade reduzida.

¹ Informação retirada do *Google Maps*.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as análises das entrevistas vários pontos foram levantados em relação a temática estudada e verificamos que existe um carro que atende grávidas, idosos e pessoas com deficiência, normalmente fica no setor de biológicas, porém em conversa com o motorista, descobri que é um servidor público que trouxe essa ideia dos países desenvolvidos, na qual possuem automóveis que circulam pela universidade, fazendo o deslocamento desses indivíduos, essa atitude não possui vínculo algum com a universidade.

O futuro departamento localizado no Jardins das Américas próximo ao centro de desportos, que tem a inauguração prevista para o começo do ano de 2019, contará com rampas, elevadores, banheiros, bebedouros, estacionamento, adaptados para receberem esses alunos, após o termino da construção, o departamento terá duas cadeiras específicas para alunos com mobilidade reduzida, piso tátil e identificação em libras. Esses mecanismos são fundamentais para a acessibilidade e mobilidade dos alunos dentro do departamento.

A universidade está fazendo as alterações para receber esses alunos, porém essas mudanças acontecem de forma lenta, já que essa inserção dos alunos é muito recente e a comunidade acadêmica não está preparada. A comunidade acadêmica na qual faço referência é de todos os que tem contato com esse aluno, professores, integrantes da secretaria, coordenação, cantina, segurança, limpeza e colegas. Ter conhecimentos básicos para auxiliar esses alunos quando solicitado, são fundamentais para realizar a inclusão.

Em resumo, apesar dos itens levantados, nenhum gera alguma possível desistência da graduação, os alunos compreendem que as universidades ainda estão em processo de adaptação, já que o ingresso desses alunos com suas especificidades é muito recente, levando a alterações para serem incluídos da melhor maneira possível.

REFERÊNCIAS

AMARAL. 2004 e 2008. Citado em: **A deficiência através da história: da invisibilidade à cidadania**. Puc-Rio. p. 28.

ARANHA. M.S.F. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola –Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2ª edição, Rio de Janeiro, ABNT, Maio, 2004.

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre, 2017.

BRASIL. **Decreto n. 1428, de 12 de setembro de 1854**. Imperial Instituto dos meninos cegos. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Brasil, v. 1, p. 295. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-norma-pe.html>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 3298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 15 mar. 2018

BRASIL. **DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018

BRASIL. **Lei n. 3198, de 06 de julho de 1957**. Denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos o atual Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3198-6-julho-1957-354795-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 9394, de 20 de setembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 maio 2018.

BRASIL. **Lei N 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. jan. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 09 maio 2018.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. ago. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 23 maio 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. dez. 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm>. Acesso em: 17 maio 2018.

BRASIL. **Lei Nº13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 17 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96.** Brasília. MEC, 1996.

CORRÊA, M. A. M. **Educação Especial.** Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2005. V. 1

Declaração de Salamanca, 1994. [S.1.,s.n.]. p. 17. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 de mai. de 2018.

DINIZ, D. **O que é deficiência.** Primeira e ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. **Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais:** Experiências e Intervenções Pedagógicas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 2003.

DUARTE, Emerson Rodrigues. **A inclusão de pessoas com deficiência nas Instituições de ensino superior e nos cursos de educação física de Juiz de Fora pede passagem.** E agora? 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

DUARTE, E. R. et al. Estudo de Caso Sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, p. 289–300, 2013.

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 13, n. 1, p. 43–60, 2007.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. Seminário Internacional as minorias e o direito: CJF, 2003. 272 p. (Série Cadernos do CEJ; v. 24). Disponível em: <<http://www.cjf.gov.br/revista/seriecadernos/vol24/artigo04.pdf>>. Acesso em: 22 Abril de 2018.

HISTÓRICO da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalufpr/historico-2/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

LINHA do tempo da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalufpr/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 06 jun. 2018

LÜDKE, MENGA; ANDRÉ, M. E. D. . **Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental**. EPU ed. São Paulo: 1986.

MANICA, Loni Elisete. A prática docente da educação profissional na perspectiva da inclusão. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 55/4, 2011, p. 1-9.

MINAYO, C. DE S. **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. Vozes ed. Petrópolis: 1994, 2002.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. 9º ed. ampliada e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

MANZINI, E. J. **Tecnologia assistiva para educação**: recursos pedagógicos adaptados. In: *Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas*. Brasília: SEESP/MEC, p. 82-86, 2005.

NAPNE, **Solicitação de alunos** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <napne@ufpr.br> em 21 mar. 2018

OLIVEIRA, C. B. DE. Jovens deficientes na universidade : experiências de acessibilidade ? **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 55, p. 961–987, 2013.

PACHECO, Renata Vaz; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. *Cadernos de educação*. n. 27. Santa Maria: [s.n.], 2005.

PEREIRA, M. M. **Inclusão E Universidade: Análise De Trajetórias Acadêmicas Na Universidade Estadual Do Rio Grande Do Sul.** [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

POKER, R. B. et al. Inclusão no ensino superior : a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. **Psicologia Escolar e Educacional**, p. 127–134, 2018.

PROUNI Programa universidade para todos: Ministério da educação. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 11 maio 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: Ed., 5.ed., 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Revista nacional de Reabilitação, São Paulo, v.5, n.24, p.6-9, jan./fev. 2002. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_VA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540>. Acesso em: 06 maio. 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais A pesquisa Qualitativa em educação.** São Paulo: 1987, 1987.

WERNECK, C. Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: UFMG; CELAR-DEF/UFMG, 2000.

ANEXO I

Data:

Sexo:

Idade:

Ano de Ingresso no curso de graduação:

Período que está cursando:

Escolaridade:

Ensino Fundamental -

Ensino Médio -

Profissão:

Ocupação Principal:

Questões da entrevista:

1. Sua deficiência é de nascença ou adquirida? Se adquiriu como aconteceu?
2. Estudou em escola regular? Possuía algum tipo de apoio?
3. Entrou na universidade usando a concorrência geral ou as de cotas (de escola pública, auto declarado pardo ou indígena)?
4. Qual o seu ponto de vista em relação as cotas acrescentarem pessoas com deficiência?
5. Quais foram as suas dificuldades e/ou facilidades ao ingressar neste curso e nesta Instituição?
6. A faculdade o auxilia de alguma forma? Qual?
7. Conhece o napne?
8. Como é a sua relação com os demais alunos?
9. Como ocorre a sua participação nas aulas práticas?
10. Participa do centro acadêmico ou algum projeto de ensino, pesquisa e extensão?
11. O que o curso de Educação Física precisa para atender, com eficácia, os alunos com deficiência?
12. Como se dá a sua acessibilidade no interior da universidade?